



<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA</b>
Entrada nº: <u>549</u>
Data: <u>10 DEZ 2015</u>

**Exmo. Senhor**

**Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,**

**Dr. Domingos Quintas**

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2015.12.15

ASSUNTO: Proposta n.º 1050-P/2015

«Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a Regularização das instalações de 100% Titular, Lda.».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 15 de dezembro de 2015.

**Com os melhores cumprimentos,**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**

  
**Basílio Horta**



Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

**DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

*(texto aprovado em minuta)*

**E.O.7**

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 15.12.2015.**

**Proposta nº 1050-P/2015, subscrita pelo Sr. Presidente,** que se anexa:

Nos termos do Art. 50º, nº 2 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o Presidente submeteu a votação a admissibilidade da proposta.

**VOTAÇÃO:** *Aduetida por unanimidade*

Foi submetida a votação a proposta acima referenciada.

**VOTAÇÃO:** *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 15 de dezembro de 2015.

O Presidente

  
Basílio Horta

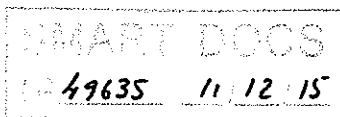
A Coordenadora do GAOM

  
Helena Saraiva



Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/[gaom@cm-sintra.pt](mailto:gaom@cm-sintra.pt)



**PROPOSTA N.º 050 P / 2015**

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente **100% Titular, Lda**, solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização/ ampliação das suas instalações situadas em Aruil, União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Reunião de

15 DEZ. 2015

Doctº Agendado com o  
Nº 60.7



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;

Considerando ainda a informação técnica nº 3634/2015 da DGLI;

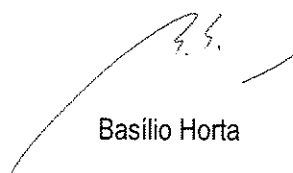
Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:**

**Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações do requerente 100% Titular, Lda, nos termos do disposto no art. 5º nº 4 alín. a) do Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.**

Paços do Concelho de Sintra, 11 de 12 de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

15 DEZ. 2015

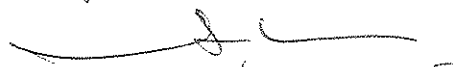
Docº Agendado com o  
Nº E.O. 7



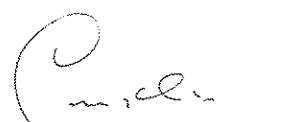
**Assunto: Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – 100% Titular, Lda**

Parecer:

Concordo.  
A' consideração do Excm.  
Sr. Presidente a  
presente parte de resposta  
a deliberação dos órgãos  
necessários

  
11/12/2015

Despacho:

  
11-11-15  
/ 3

**De: Isabel Pinto dos Santos**

**Para: Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> Directora da DM-APG- Arq. Ana Queiroz do Vale**

100% Titular, Lda, solicitou à CMS o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização e posterior ampliação das suas instalações afectas a Transformação de Produtos Hortícolas, sitas na Rua dos Cercos, Aruil, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar.

O requerente exerce a atividade de preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas, CAE 10395/R3

### **I) Do Enquadramento Legal da Pretensão**

O Decreto – Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, cria um Regime Jurídico que estabelece com carácter extraordinário, o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras**, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Reunião de

15 DEZ. 2015

Doc<sup>o</sup> Agendado com o

Nº E.O.7

O citado diploma legal, visa criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Este regime é aplicável também aos estabelecimentos e explorações **sem título válido de instalação** ou exploração ou exercício de atividade, incluindo as desconformes com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, estabelecimentos e explorações com título válido **cujas alterações ou ampliações** não sejam compatíveis com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para aplicação do presente regime os estabelecimentos ou explorações devem comprovar que desenvolveram atividade por um período mínimo de 2 anos e que se encontram numa das seguintes situações:

- Em atividade ou cuja atividade tenha sido suspensa há menos de 1 ano;
- Quando a laboração se encontre suspensa por autorização da entidade licenciadora por um período máximo de 3 anos.

**O processo de regularização dos estabelecimentos, independentemente do regime sectorial aplicável, deve iniciar-se sempre com a obtenção de Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara (art.5ºD.L.165/14).**

Este é um dos elementos instrutórios do pedido de regularização, sendo requerida pelos interessados à Câmara, previamente à apresentação do pedido de regularização na entidade coordenadora, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público deve ser fundamentado com os elementos referidos no art. 5º, n.º 4, alíneas b) a g) e n.º 5 alíneas a) a c), g) a i) e n) sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

Reunião de

15 DEZ. 2015

Doctº Agendado com o

Nº E.O.7

## II) Do Pedido

O requerente deu entrada de pedido para Declaração de Interesse Municipal, com vista ao licenciamento e ampliação das suas instalações para atividade de transformação e embalamento de produtos hortícolas, tendo em vista os condicionamentos decorrentes da classificação do solo no PDM e das Servidões e Restrições de Utilidade Pública, conforme explicitado na informação técnica da DGLI nº S.M.3634/2015.

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho nº 9-P/2015 de 21 de janeiro, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável.

O requerente instruiu ainda o seu pedido, com os elementos previstos no art. 5º nº 4 do diploma e Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG, e ainda os previstos no nº 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

O requerente possui atualmente 11 colaboradores. A faturação da empresa no ano de 2013 foi de 2 293 369,06€ e no ano de 2012 de 1 673 187,01€.

Alegou ainda que é economicamente inviável a desativação da empresa, com impactos sociais negativos, relacionados com os postos de trabalho e com a dependência de cerca de 30 produtores/microempresas locais, que levaria à extinção de 90 postos de trabalho ligados à agricultura.

Considerou ainda economicamente inviável a deslocalização e desmantelamento da estrutura edificada e dos equipamentos instalados, principalmente as instalações refrigeradas.

## Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do **Gabinete de Apoio Empresarial** e do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e de acordo com a **informação técnica da DGLI** nº S.M.3634/2015, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmº Sr. Presidente da Câmara para que em caso de concordância:

O presente processo seja remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização/ampliação das instalações do requerente, **100% Titular, Lda** tendo por base os fundamentos de facto e de direito

Reunião de

15 DEZ. 2015

Doctº Agendado com o

Nº *E.O.7*

constantes do processo, nos termos do disposto no art.5º nº 4 alin. a) do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

A Jurista



(Isabel Pinto dos Santos)

Reunião de

15 DEZ. 2015

Doctº Agendado com o  
Nº E.O.7



Documentação referente à **Proposta nº 1050-P2015** –  
Reconhecimento do interesse público municipal na regularização  
das instalações de 100% Titular, Lda

<https://cloud.cm-sintra.pt/index.php/s/VIZaqUDfaFRGngz>